



22º ENCONTRO NACIONAL
DE ESTUDANTES DO
CAMPO DE PÚBLICAS

UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA (UFSB)
BACHARELADO EM GESTÃO PÚBLICA E SOCIAL

BRENO SILVA

**CALENDÁRIO DE DIREITOS HUMANOS (PROGRAMA
PERMENENTE DE EXTENSÃO EM DIREITOS HUMANOS)**

Porto Seguro – BA

2025



22º ENCONTRO NACIONAL
DE ESTUDANTES DO
CAMPO DE PÚBLICAS

UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA (UFSB)
BACHARELADO EM GESTÃO PÚBLICA E SOCIAL

BRENO SILVA

**CALENDÁRIO DE DIREITOS HUMANOS (PROGRAMA
PERMENENTE DE EXTENSÃO EM DIREITOS HUMANOS)**

Trabalho desenvolvido e apresentado por *Breno Silva*, discente do Bacharelado em Gestão Pública e Social (UFSB), no **22º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDANTES DO CAMPO DE PÚBLICAS (ENECAP)**, para fins acadêmicos e obtenção de certificado de participação.

Orientadora: Prof^a Dra. Carolina Bessa

Porto Seguro – BA

2025



22º ENCONTRO NACIONAL
DE ESTUDANTES DO
CAMPO DE PÚBLICAS

CALENDÁRIO DE DIREITOS HUMANOS (PROGRAMA PERMENENTE DE EXTENSÃO EM DIREITOS HUMANOS)

Breno Silva¹
Carolina Bessa Ferreira de Oliveira²

RESUMO

O Programa Permanente de Extensão em Direitos Humanos (PExDH) da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), coordenado pela Profª Dra. Carolina Bessa, agrega diferentes ações de extensão. Uma delas é o projeto de extensão Calendário de Direitos Humanos no INSTAGRAM (@DHUFSB), que torna público e difunde mensalmente temas e datas afirmativas para promover a educação em abordagens sobre os direitos humanos, dialogando com fontes, especialistas, como gestores públicos e lideranças de coletivos e organizações da sociedade civil (OSCs) da comunidade em geral e, preferencialmente, atuantes no território de entorno da UFSB. Com o objetivo de divulgar, virtualmente, conteúdos educativos sobre Direitos Humanos, destaca experiências de gestores, lideranças e coletivos do Sul e Extremo Sul da Bahia, por meio de pesquisas históricas e jurídicas para criar posts que são produzidos por estudantes voluntários com revisão docente, envolvendo recursos audiovisuais acessíveis, entrevistas e parcerias, unindo extensão, ensino e pesquisa na promoção da educação em direitos humanos. Para garantia da ampliação da educação sobre os Direitos Humanos na região do Extremo Sul da Bahia de maneira didática, por meio de datas afirmativas que na maioria das vezes são desconhecidas, em conjunto com especialistas do território para maior contextualização das temáticas mensais e promoção de debates com interação dialógica. Considerando o protagonismo discente por meio do bolsista e dos(as) voluntários(as) de Direito, Gestão Pública e Social e Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades.

Palavras-chave: Direitos Humanos, Extensão Universitária, Comunicação Pública, Participação Social e Instagram.

INTRODUÇÃO

Desde 2020, na época da pandemia de Covid-19 e do consequente e necessário isolamento social, com o objetivo de contribuir com a difusão sobre os Direitos Humanos na região e seguir com as ações do eixo extensionista da universidade, o Programa Permanente de

¹ Graduando do Curso de Gestão Pública e Social da Universidade Federal do Sul da Bahia - UFSB, breno.silva@gfe.ufsb.edu.br;

² Professora orientadora: Profª Dra. Carolina Bessa, BGPS/CFCHS/PPGES/ Universidade Federal do Sul da Bahia - UFSB carolinabessa@gfe.ufsb.edu.br.



Extensão em Direitos Humanos (PExDH) passou a construir atividades que pudessem ser realizadas de maneira remota, mas garantindo a interlocução dialógica com a comunidade e o protagonismo discente.

O PExDH abarca um conjunto de ações extensionistas - projetos e eventos - que visam contribuir com a promoção da educação dos direitos humanos na região do Sul e Extremo Sul da Bahia, sob coordenação da Profª Dra. Carolina Bessa, vinculada ao Centro de Formação em Ciências Humanas e Sociais (CFCHS) da UFSB no *Campus Sosígenes Costas*, Porto Seguro.

Dentro desse conjunto, o projeto intitulado Calendário de Direitos Humanos, desde 2021, por meio de perfil aberto na rede social Instagram (@DHUFSB), identifica e divulga datas afirmativas com temáticas mensais para promover a afirmação de conquistas de direitos humanos, incluindo dados históricos, legislações e políticas públicas. Cada mês é dedicado a uma temática específica, como: saúde mental, justiça social, direitos das mulheres, povos indígenas, segurança no trânsito como direito à vida, orgulho e direitos da comunidade LGBTQIA+, direitos das crianças e adolescentes, inclusão social de PCDs, consciência negra, direito à saúde, entre outros.

Qual lacuna o projeto busca enfrentar? A necessidade da discussão sobre os direitos humanos, que, de forma extensionista, mobiliza uma rede de estudantes, profissionais e especialistas, como voluntários(as), gestores públicos, lideranças de OSCs e coletivos, com experiência e atuação nas áreas abordadas que compartilham seus conhecimentos e práticas, evidenciando a importância do tema e fortalecendo o diálogo regional a respeito das temáticas.

METODOLOGIA

Metodologicamente, utilizou-se o projeto como instrumento social para se alcançar os seus objetivos, seguindo recomendações das diretrizes nacionais na educação em direitos humanos para tal, como, por exemplo, a Resolução MEC/CNE/CP N° 1, de 30 de maio de 2012. Organiza-se uma chamada permanente de estudantes interessados em participar, os quais ficam responsáveis, com orientação docente, de pesquisar datas afirmativas e elaborar materiais visuais para divulgação. Assim, realizaram-se inicialmente estudos e pesquisas históricas



utilizando critérios de credibilidade e legitimidade em sites e artigos de instituições voltadas aos direitos humanos, tais como, páginas institucionais, desde o Governo Federal até a Organização das Nações Unidas.

Sempre considerando a pesquisa histórica para acompanhar as lutas e conquistas legais desses direitos dispostos nas datas e temas selecionados para divulgação mensal no Instagram (@DHUSFB), as quais são definidas com meses de antecedência para sua priorização e seleção, elencando a história da data e a legislação atual pertinente.

A rede social foi escolhida como plataforma de divulgação e ação do PExDH no período pandêmico, tal como o próprio calendário, alcançando todos os públicos possíveis com uma linguagem textual e visual adaptada para esse meio. Resultando-se em atividades virtuais, que procuram associar extensão, ensino e pesquisa, fortalecendo a formação dos(as) estudantes dentro do Campo de Públcas, ao lado de estudantes do Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades e de Direito, na UFSB.

No ano de 2025, a metodologia foi incrementada, sendo que o Calendário passou a contar com áudios informativos gravados com profissionais e ativistas da região, participantes voluntários do Projeto, a fim de abordarem suas práticas profissionais e refletir sobre os desafios do tema abordado, com foco no território. Tal qual, por meio de áudio-informativos com a abordagem analítica sobre a importância de se discutir determinados direitos e questionar a sua concretização na região, respeitando a garantia de uma comunicação acessível com ferramentas de legendas e descrição para leitores de tela, adaptando o conteúdo para pessoas com deficiência, na exibição de entrevistas rápidas ou pontos de vista chamando atenção à data, com o estabelecimento de parcerias para garantir diversidade de perspectivas no projeto, envolvendo a comunidade interna e externa da UFSB.

As parcerias são estabelecidas mediante a contato prévio, com secretarias municipais, organizações da sociedade civil, autarquias, coletivos sociais e comunidade tradicionais do território. Garantindo a diversidade de perspectiva entre a universidade, o poder público e a sociedade civil, abrindo um potente espaço de discussão sobre os direitos humanos no território. Como uma novidade inserida em relação aos anos anteriores, essas parcerias preenchem a lacuna da discussão sobre os direitos humanos localmente, com áudios planejados em que o(a)



22º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDANTES DO CAMPO DE PÚBLICAS

convidado(a) se apresenta, aborda sobre os direitos em concordância com a temática e finaliza discutindo sobre a efetividade (ou falta) desses direitos na região.

O formato é feito em modelo de entrevista, com a duração média de 3 minutos, pela limitação de tempo na duração dos vídeos do INSTAGRAM, lançados com frequência em todos os meses, gravados por meio de aparelhos eletrônicos e editados através de aplicativos e programas como: Enhance Speech Adobe, Canva, CapCut e Microsoft Clipchamp. Com a edição da arte visual, ajuste de ruído, adicionamento de trilha sonora e legenda. Acompanhados por Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) assegurando a realização da apresentação dos(as) convidados(as) com o uso do nome, cargo e imagem nos materiais de divulgação relacionados ao projeto.



Imagens: PROGRAMA PERMANENTE DE EXTENSÃO EM DIREITOS HUMANOS.

Calendário de Direitos Humanos. Porto Seguro, 2025. Instagram: @dhufsb.



22º ENCONTRO NACIONAL
DE ESTUDANTES DO
CAMPO DE PÚBLICAS

Após a elaboração inicial por estudantes voluntários(as) dos cursos de Interdisciplinar em Humanidades, Direito e Gestão Pública e Social, a docente examina a proposta e procede à revisão, ao lado do estudante bolsista³, e, assim, segue para o compartilhamento e difusão, como apoio às práticas de educação em direitos humanos.



Imagens: PROGRAMA PERMANENTE DE EXTENSÃO EM DIREITOS HUMANOS.

Calendário de Direitos Humanos. Porto Seguro, 2025. Instagram: @dhufsb.

ANÁLISE EMPÍRICA E REFERENCIAL TEÓRICO

O Calendário considera que a difusão de informações e conhecimentos sobre os direitos humanos em seu território local é uma ação necessário no âmbito da Educação em Direitos Humanos, visto as necessidades sociocultural-política-econômica regionais urgentes que afetam majoritariamente populações vulneráveis, residentes em bairros afastados do centro urbano e comunidades originárias, o que pode ser verificado a partir dos indicadores sociais relativos à região.⁴

³ A Bolsa de Apoio à Permanência (BAP) contempla a orientação de estudantes com projetos submetidos por docentes da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB). Consiste em subvenção financeira, para que dediquem a sua formação acadêmica em atividades de ensino, pesquisa e extensão enquanto adquire novos conhecimentos e/ou habilidades.

⁴ Porto Seguro apresenta uma população de 168.326 hab., com 26 localidades indígenas e 45 locais de concentração de pessoas indígenas (IBGE, Censo Demográfico, 2022). Conta com uma população urbana de 139.435, segundo



Tais como a ausência da mobilidade urbana como direito à vida e o direito a cidade, conceito de Lefebvre (1968), que em termos práticos é a garantia do acesso a determinados direitos e espaços, entre eles, a garantia de um transporte fácil para acessar, de forma segura e acessível, uma escola, o trabalho, a cultura e um espaço de lazer. O enfrentamento aos altos índices de violência de gênero e racial na região, a implementação de uma urbanização vertical com o fim de espaços livres e riscos à sustentabilidade local.

Ainda, pelo avanço desenfreado com a ausência de regulação e fiscalização, desde os anos 2000, dos grandes empreendimentos do setor imobiliário de alto padrão e setores de caráter semelhante, interesse das grandes corporações e da gestão municipal. Que não contribuem para a materialização dos direitos coletivos ou individuais, como, por exemplo, a privatização de espaços públicos, como praias, e a gentrificação, em determinadas localidades, que altera identidades comunitárias e memória coletiva. Sendo o Calendário um espaço de conscientização e resistência.

Tal pensamento se encontra no artigo escrito por Eduardo C. B. Bittar ao Professor Emérito Fábio Konder Comparato, a partir da obra A afirmação histórica dos direitos humanos, dialogando com os problemas mencionados anteriormente, que diz: “[...] índices aterradores no que tange ao alcance dos mínimos direitos, fortalecidos todos os dias pelo cinismo social, pelo ódio de classes, pela naturalização das desigualdades, pela cultura de impunidade e pelo autoritarismo social.” (Bittar, 2022, p. 6).

Diante disso, a busca pela divulgação de datas afirmativas em direitos humanos e o fomento à prática cidadã com ênfase aos direitos humanos no Extremo Sul da Bahia de maneira crítica e construtiva, por meio do Calendário, é de suma importância para a “*perspectiva do amanhã*” na construção do conhecimento sobre os seus próprios direitos. Levando em consideração a Declaração Universal dos Direitos Humanos 1948, como o Artigo 25:

o relatório do Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico (2025), com uma estimativa de 100 mil hab.,(79% da população municipal) residindo na periferia, em sua maioria negros e pardos (SETRE, Gov. da Bahia 2023). O município é a 14º cidade mais violenta do Brasil, com uma taxa de 59,7% por 100 mil hab. E uma taxa de estrupos de 63% por 100 mil hab., de acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2024), produzido pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Tem um alto índice de desemprego com 36.466 pessoas ocupadas (trabalho formal) com salário médio mensal de 1,9, ou seja, uma taxa de empregabilidade de 24,5% (IBGE, 2019). E segundo o levantamento da agência Fiquem Sabendo, Porto Seguro aparece como a 8º cidade da Bahia com crimes ambientais entre 2022 e 2025.



22º ENCONTRO NACIONAL
DE ESTUDANTES DO
CAMPO DE PÚBLICAS

Todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e à sua família saúde, bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis e direito à segurança em caso de desemprego, doença invalidez, viudez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle.” (Resolução 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas, proclamada em 10 de dezembro de 1948).

Entre outros, a incorporação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (NAÇÕES UNIDAS. Assembleia Geral. Resolução 70/1, 25 de setembro de 2015. Transformando nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável) por meio de metas, como: educação de qualidade, igualdade de gênero, redução das desigualdades, paz, justiça e instituições fortes, parcerias em prol das metas, e assim por diante, que dialogam com as temáticas e os problemas locais. E principalmente a Constituição Federal de 1988, que estabelece sobre os direitos e as garantias fundamentais de forma explícita em seu Art. 5º “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, [...]” (Brasil, 1988). Sendo assim, a Constituição Federal de 1988 é o ápice dos marcos legislativos apresentados nas datas afirmativas, ante o princípio da dignidade da pessoa humana e a previsão de direitos e garantias fundamentais no texto constitucional.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Desde 2021, o Projeto de extensão Calendário de direitos humanos tem buscado construir a promoção educativa, de maneira extensionista em diálogo com a sociedade, sobre os direitos humanos na região do Extremo Sul da Bahia.

Abrindo discussões virtuais sobre o conhecimento desses direitos a partir de sua história, dos seus marcos legais, e preenchendo lacunas e dúvidas sobre o entendimento desses direitos fundamentais na região, ancorados nas datas temáticas.



Sendo ampliadas de maneira didática, por meio de datas afirmativas como uma estratégia pedagógica ambientada para as redes sociais, que se resultam na transformação de ações didáticas concretas.

Como, por exemplo, na referência do calendário para a sociedade em geral, como organizações da sociedade civil ampliarem a discussão em seus ambientes, servindo de porta de entrada para a tão necessária discussão sobre os direitos humanos nesses espaços, que na maioria das vezes são desconhecidas, por detrimento de datas comerciais impulsionadas pela “civilização capitalista”, como afirma Comparato (2017).

Essa discussão se dá em conjunto com especialistas do território para maior contextualização das temáticas mensais, criando uma rede conjunta interessada nessa discussão.

Elenco dos(as) especialistas convidadas e suas temáticas:

Especialistas	Temática abordada
Nara Cruz , Psicóloga efetiva do município de Porto Seguro/BA, Bacharela em Psicologia pela Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF) desde 2017 e graduanda no curso de Gestão Pública e Social na UFSB.	Conscientização sobre a saúde mental e emocional
Aline Massoni Koçaka , Assistente Social, Antropóloga, especialista em Pedagogia Social e Gestão de Projetos Sociais. Ela é idealizadora e atual presidente da Associação Razão Social, na região do Sul da Bahia.	Justiça Social
Flaelma Almeida , possui vasta experiência em consultoria e gestão do SUAS, atuando nos municípios de Porto Seguro, Itabela e Belmonte. É graduada em Direito, mestre em Ciência da Educação, além de ter especializações em Direito Processual e Políticas Públicas Educativas. Atualmente, ela gerencia a Almeida da Silva Consultoria Colaborativa e Soluções Ltda., ajudando Organizações da Sociedade Civil (OSC's) na captação e gestão de projetos sociais. No âmbito acadêmico, ela é professora nos cursos de Medicina das Faculdades Pitágoras e Atenas. Em sua trajetória na esfera pública, se destacou como Secretária de Desenvolvimento Social e Cidadania em Santa Cruz Cabrália-BA e como Secretária de Articulação e Governo em Pão de Açúcar-AL, acumulando experiência em programas e políticas sociais.	Direito das mulheres, políticas para mulheres em âmbito local e desafios
Maira Rodrigues , Empreendedora, bacharel em Publicidade e Propaganda, atualmente participando do	Direito das mulheres, políticas para mulheres em âmbito local e desafios



**22º ENCONTRO NACIONAL
DE ESTUDANTES DO
CAMPO DE PÚBLICAS**

curso de extensão Defensoras Populares pela UFSB. Idealizadora e presidente do Coletivo Seguras e Sem Medo em Arraial D'Ajuda. Articuladora do Projeto Esportivo de Inclusão Social para mulheres, baleado "Segura Essa Bola" e Membro da rede CAM-PS rede de Coletivos e Associações de Porto Seguro-BA.

Apêtxienã Pataxó, Guardião da língua e história do seu povo, Jovem Líder e Eterno Aprendiz.

Valter Serpa, Tenente-Coronel da reserva, que exerceu o comando do 8º Batalhão da Polícia Militar em Porto Seguro e atualmente ocupa o cargo de Secretário Municipal de Mobilidade, Segurança e Defesa Civil do município de Porto Seguro.

Soraia Perelo, Tanatologista, Hipnoterapeuta, Psicanalista, Mestra e Doutora em psicanálise, que atualmente ocupa o cargo de Coordenadora de Saúde LGBT da Secretaria Municipal de Saúde de Porto Seguro.

Ariel Vieira, Multiartista, Licenciada em Artes e suas Tecnologias pela Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB) e Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Artes da mesma Instituição. Atua como Artista-Pesquisadora nas áreas de dramaturgia, performance, transgeneridade e poéticas da travestilidade.

Vinícius Lima, Estudante de Direito, atua no Conselho Tutelar. Sua trajetória é pautada na defesa dos direitos humanos e na proteção de crianças e adolescentes, com foco no fortalecimento das políticas públicas para a infância e juventude.

Jadna P. Alves, Assistente social com experiência na área infantojuvenil.

Deyse Carvalho de Moraes. Vice-presidente da Comissão da mulher advogada na OAB - Subseção de Porto Seguro Servidora pública, bacharel em direito pela Unesulbahia, pós-graduanda em violência doméstica e superintendente de serviços jurídicos do CRAM - Centro de Referência de Atendimento à Mulher Vítima de Violência Doméstica.

Luciene Oliveira, Diretora da Fábrica do Ser (Associação das Pessoas com Deficiência de Porto Seguro), Pedagoga, e Membra do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência da Bahia (COEDE).

Doriane Brasil, Educadora, formada em Psicopedagogia e Neuropsicopedagogia atualmente trabalha no Setor da Acessibilidade e Inclusão (SAI) da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB),

Marina Santos, Servidora Pública Municipal e Presidente da equipe Liga das Corredoras.

Janice Cardoso, originária de Caraíva (distrito de Porto Seguro), indígena mulher do povo Pataxó, artista plástica e ativista socioambiental.

Povos indígenas, desafios locais (Pataxó) e políticas indigenistas

Conscientização para segurança no trânsito como direito à vida e mobilidade urbana

Mês do Orgulho LGBTQIAPN+ (lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, pessoas queer, intersexuais, assexuais, pansexuais, não-binários e outras identidades) de celebração e luta por direitos e políticas públicas

Mês do Orgulho LGBTQIAPN+ (lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, pessoas queer, intersexuais, assexuais, pansexuais, não-binários e outras identidades) de celebração e luta por direitos e políticas públicas

Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) - crianças e adolescentes como sujeitos de direitos; e família, sociedade e Estado como co-responsáveis por elas

Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) - crianças e adolescentes como sujeitos de direitos; e família, sociedade e Estado como co-responsáveis por elas

Agosto Lilás: enfrentamento e conscientização pela eliminação da violência contra a mulher

Direitos e Inclusão Social das Pessoas com Deficiência

Direitos e Inclusão Social das Pessoas com Deficiência

Saúde da mulher, direitos e desafios no tratamento do câncer de mama e do colo do útero

Novembro Negro, desigualdade e direitos humanos



**22º ENCONTRO NACIONAL
DE ESTUDANTES DO
CAMPO DE PÚBLICAS**

Danillo Souza, Superintendente de Promoção da Igualdade Racial do município de Porto Seguro, jovem negro pertencente à comunidade de terreiro

Novembro Negro, desigualdade e direitos humanos

A títulos de exemplo: Apêtxienã Pataxó, um jovem líder indígena do povo Pataxó, que aborda sobre a realidade dos seus e da necessidade da materialização do discurso sobre a demarcação dos territórios indígenas na região, frente ao avanço dos grandes empreendimentos de alto padrão, que muitas vezes se resultam em conflitos que desrespeitam as garantias e direitos fundamentais.

Janice Cardoso, jovem ativista do Movimento Negro de Caraíva, que enfatiza, por meio do Calendário, a luta antirracista como resposta direta a história de violência, apagamento e negação de direitos a população negra, majoritária no Estado da Bahia e no Brasil. Com o caso concreto de Vitor Cerqueira, jovem negro morador de Caraíva morto em operação policial, tornando visível a face mais cruel do racismo estrutural, o genocídio da população negra. Vitinho trabalhava, não tinha passagem pela polícia e havia, dias antes, denunciado um caso de racismo. Mesmo assim, foi torturado e executado. E seis meses depois, o caso segue sem resposta.

E Flaelma Almeida, graduada em Direito, mestre em Ciência da Educação, além de ter especializações em Direito Processual e Políticas Públicas Educativa com vasta experiência em consultoria e gestão do SUAS, atuando nos municípios de Porto Seguro, Itabela e Belmonte. Lançado luz no Calendário, sobre a fragilidade da efetividade das políticas públicas e do poder de incidência social para as mulheres em âmbito local, dando destaque para as mulheres indígenas, ribeirinhas, da periferia, mães solo, empreendedoras locais e vítimas de múltiplas violências, que movem a cidade, mas estão longes dos espaços de decisão, um ponto central dos direitos humanos.

De maneira extensionista e interdisciplinar, o Calendário também evidencia o protagonismo estudantil de estudantes de Gestão Pública e Social, Direito e Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades da UFSB, no estudo sobre direitos humanos e democratização da produção do conhecimento, na defesa dos direitos humanos e sociais e na transformação social a favor da diminuição das desigualdades e justiça social no território.



22º ENCONTRO NACIONAL
DE ESTUDANTES DO
CAMPO DE PÚBLICAS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto promove a educação em Direitos Humanos para transformação cidadã na busca pela materialização das garantias e direitos fundamentais no território local, com a conscientização da comunidade sobre datas históricas e legislações pouco divulgadas. Pois o impacto não está necessariamente em ações materiais ainda, mas em abrir um espaço inédito de debate sobre os direitos humanos na região de maneira extensionista, impactando de forma qualitativa e não só quantitativa.

Em contraste com as indignidades humanas causadas de forma sociocultural-política-econômica, conforme discutida nos parágrafos anteriores, onde foram descritas as variadas formas de violação de direitos presentes no território. Criando um importante espaço, até então inexistente, de fala, escuta e discussão juntamente com especialistas de saberes técnicos, institucionais e populares.

Para 2026, o projeto mudará o seu formato com a produção de um compilado que reunirá os materiais e experiências desenvolvidos ao longo dos últimos dois anos, além disso abrindo caminho para a realização de oficinas em Direitos Humanos juntamente com as parcerias estabelecidas do poder público e da sociedade civil. Essa mudança busca não apenas registrar e sistematizar o percurso realizado, mas também fortalecer a incidência política da iniciativa, ampliar o alcance das ações no território e consolidar a formação de pessoas conscientes e engajadas com os direitos humanos.

O Calendário agradece a Professora Dra. Carolina Bessa que contribui diretamente neste percurso, por meio da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB) com o Programa Permanente de Extensão em Direitos Humanos (PExDH), pelo incentivo e pela abertura institucional para o desenvolvimento do projeto.

AGRADECIMENTOS

O Calendário agradece a Professora Dra. Carolina Bessa que contribui diretamente neste percurso, por meio da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB) com o Programa



Permanente de Extensão em Direitos Humanos (PExDH), pelo incentivo e pela abertura institucional para o desenvolvimento do projeto.

Registramos gratidão aos voluntários(as) na pesquisa, texto e edição, aos convidados e convidadas que participaram dos áudios-informativos, compartilhando seus saberes e experiências, fortalecendo o caráter dialógico e democrático das práticas aos Direitos Humanos.

REFERÊNCIAS

- BRASIL.** Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno. Resolução no 1, de 30 de maio de 2012. Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.
- COMPARATO**, Fábio Konder. A afirmação histórica dos direitos humanos. 12. São Paulo: Saraiva, 2018.
- DEMO**, Pedro. Cidadania tutelada e cidadania assistida. Campinas: Autores associados, 1995.
- FLORES**, Joaquin Herrera. A reinvenção dos direitos humanos. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009.
- LAFER**, Celso. A internacionalização dos direitos humanos Constituição, racismo e relações internacionais. São Paulo: Manole, 2005.
- MORAES**, Alexandre de; **KIM**, Richard Pae (Coord.). Cidadania: o novo conceito jurídico e a sua relação com os direitos fundamentais individuais e coletivos. São Paulo: Atlas, 2013.
- RAMOS**, André de Carvalho. Curso de direitos humanos. 7. São Paulo: Saraiva, 2019.